

24 SET 1993

Economia - Brasil

Márcio Moreira Alves



Economia Brasil
077
Reportagem 0199

As peças do puzzle

Só os grão-mestres da Venerável Ordem da Maledicência, como o Delfim Netto ou o Paulo Francis, asseguram que a pronúncia correta do nome desse ex-presidente do BNDES que detonou a briga entre o PMDB e Itamar Franco é **Del Mal Leite**. Por outro lado, seria imperdoável ingenuidade acreditar ser apropriado pronunciar **Del Bem**. Quem causa tamanho rolo por caipirismo e falta de cortesia para com o seu superior formal, o ministro Stepanenko, no caso, tem mesmo de chamar-se **Delbem**.

Esclarecido esse detalhe em benefício dos futuros redatores de notas de pé de página da História contemporânea, anote-se ainda que a saída do sr. Delbem foi uma inesperada benesse para a montagem da equipe de Fernando Henrique Cardoso e, portanto, para a sua estratégia de controle da inflação. Nem tanto por terem-se livrado sem ônus de um afilhado de Orestes Quêrcia, político que sonha em servir um chazinho de cicuta ao ministro Cardoso. Sobretudo porque o BNDES é peça chave na montagem do projeto em curso e porque estava ainda desencaixado um formulador de políticas macroeconômicas considerado indispensável, o professor Pêrsio Arida.

O BNDES é uma ilha de excelência no destruído setor público federal. É, ainda, o maior banco de fomento industrial do mundo, com aplicações entre três e quatro bilhões de dólares por ano, e o gestor de numerosos projetos que contam com financiamentos do Banco Interamericano e do Banco Mundial. Mas, além disso, há uma razão de curto prazo para a importância estratégica do banco. O BNDES é o gestor do processo de privatização de empresas estatais. A equipe do Ministério da Fazenda pretende fazer da privatização um dos principais instrumentos para o corte nas despesas do Estado e para a sua capitalização; logo, precisa ter o seu controle.

Se é para vender as jóias da vovó, que sejam vendidas a bom preço, é o raciocínio corrente. Para isso, seria necessário aumentar a oferta de débitos do Governo disponíveis para os leilões, ampliando as chamadas moedas podres. Considera-se que a sua limitação a debêntures da Siderbrás, títulos da dívida agrária, débitos da Telebrás e semelhantes foi uma arbitrariedade e um erro político, que beneficiou grandes grupos financeiros e diminuiu o preço das empresas já liquidadas,

ou seja, o patrimônio siderúrgico do Governo federal.

Pêrsio Arida convenceu Walter Borelli, ministro do Trabalho, da conveniência de permitir a utilização dos recursos do FGTS, que constituem a maior dívida federal, na compra de ações das próximas estatais a serem vendidas, a começar de agora, pelas do setor petroquímico. Seria uma forma de democratizar a participação nessas vendas. O processo decisório está em curso.

Essa é uma das peças do puzzle. Outra é a convergência entre os três preços do dólar: o comercial, que é o que verdadeiramente importa, o de turismo, desde sempre colado ao paralelo, e o desse mercado, marginal em matéria de volume mas psicologicamente importante, porque todos nós nos acostumamos a pensar que o preço real é o dólar negro. Pé ante pé, o Banco Central foi obrigando as cotações a se aproximarem, aumentando o preço de compra dos dólares da exportação e usando parte dos seus 20 bilhões de reservas para conter o **black**. A diferença já está em menos de 1%, o que é uma sinalização para a adoção da tal âncora cambial.

Terceira peça: A dívida dos estados. A União nem tentou cobrar tudo o que lhe devem. Não era o objetivo. Conseguiu foi estancar a sangria, negociar castigos terríveis para os bancos estaduais que façam empréstimos eleitoreiros aos governadores e receber uns trocados. Na terça-feira, mais 11 governadores assinaram o acordo e pagaram um total de 25 milhões de dólares, esticando os restantes cinco bilhões por 240 meses. Só a Paraíba ficou de fora o que, convenhamos, não chega a ser ameaçador.

Finalmente, o FMI. Como o acordo com os bancos privados já está negociado, pendente do acerto do Governo com o Fundo, a equipe Cardoso mobilizou os banqueiros para pressioná-lo. Charles Dallara, diretor do Institute of International Finance, IIF, que pertence ao Banco Mundial, mandou uma carta ao presidente do Comitê Interino do FMI pedindo "maior flexibilidade" para com o Brasil. É como se a mulher mandasse ao marido uma carta pedindo diminuição da mesada. Nada que não possa ser conversado no café da manhã e que só é posto no papel para conhecimento público.

Conclusão: o Plano Fernando Henrique já está montado e em andamento. Falta só o disparo final.